



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

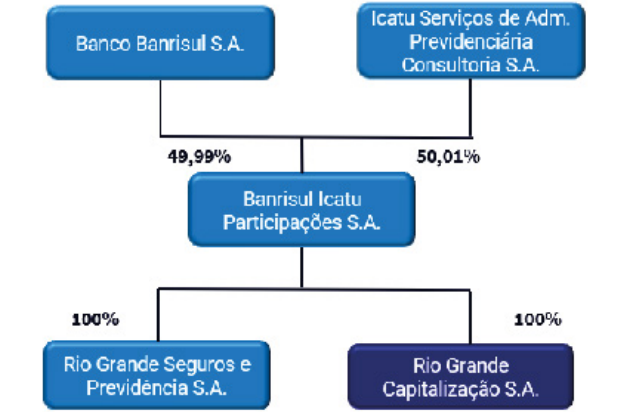
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul.

2. Desempenho nas Operações de Capitalização

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

Em 31 de dezembro de 2025, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 892.986 (R\$ 828.844 no ano de 2024), representando um aumento de 7,74%. O resultado com sorteios foi de R\$ 19.489 (R\$ 19.238 no ano de 2024), 2,18% da receita

com títulos de capitalização (2,32% no ano de 2024), e os custos de aquisição foram de R\$ 34.314 (R\$ 30.838 no ano de 2024), representando 3,84% da receita com títulos de capitalização (3,72% no ano de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.553.340 (R\$ 1.518.070 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 2,32%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R\$ 92.727 (R\$ 120.583 em 31 de dezembro de 2024). A redução decorre, principalmente, do pagamento de dividendos no valor de R\$ 91.100, efetuado em 29 de abril de 2025, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

No ano de 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 94.764 (R\$ 87.917 no ano de 2024), representando 10,61% do total de receitas com títulos de capitalização em ambos os anos.

No ano de 2025, as receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 67.517 (R\$ 53.756 no ano de 2024), representando um crescimento de 25,60%, principalmente devido ao aumento da taxa básica de juros (SELIC), que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia. Em 2025, representaram 7,56% das receitas com títulos de capitalização (6,49% em 2024).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 82.070, em 2025 (R\$ 88.770, em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 343% (429% em 31 de dezembro de 2024).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	56.875	44.098
Constituição da reserva legal	(2.844)	(2.205)
Base para a distribuição de dividendos	54.031	41.893
Dividendos pagos e propostos no exercício	90.154	20.946
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	166,86%	50,00%
Destinação à reserva legal	2.844	2.205
Destinação à reserva de lucros	6.687	40.947
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	90.154	20.946
Reserva de lucros	42.810	20.000
Resultado do ano	47.344	946

Nas demonstrações dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2025 e de 2024, respectivamente.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do econômico ao qual a Companhia faz parte, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o *workshop* de

produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; gestão de resíduos recicláveis; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 e também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance*. No âmbito setorial, o grupo venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do grupo econômico. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o grupo econômico. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Em relação especificamente a Companhia, sua operação é suportada por 56 colaboradores, sendo 48% mulheres, incluindo duas lideranças femininas.

Distribuição remuneratória total do grupo econômico

	31/12/2025			31/12/2024		
Gênero	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
Total	31.423	6.642	38.065	29.188	6.125	35.313

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV).

No ano de 2025, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 753.161 em resgates (R\$ 512.087 no ano de 2024), R\$ 20.632 em sorteios (R\$ 19.852 ano de 2024), R\$ 93.184 (R\$ 86.902 no ano de 2024) pagos a serviços terceirizados, além de R\$ 10.226 (R\$ 8.456 no ano de 2024) em tributos indiretos e R\$ 30.632 (R\$ 28.606 no ano de 2024) em tributos diretos, reforçando seu papel como agente de proteção financeira e impacto social.

5. Auditores Independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e asseguuração limitada exigidos pelo órgão regulador para a Companhia, foram prestados pela **KPMG Auditores Independentes Ltda.** até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 204 em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 113, em 2025.

6. Agradecimentos

A Administração aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Balanços patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024						
(Em milhares de reais)						
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	
ATIVO			PASSIVO			
CIRCULANTE	944.787	814.324	CIRCULANTE	1.459.404	1.396.369	
Disponível	1.225	909	Contas a pagar	18.289	14.214	
Caixa e bancos	1.225	909	Obrigações a pagar	Nota 8	13.536	10.004
Equivalente de caixa	Nota 5	3.197	Impostos e encargos sociais a recolher		883	583
Aplicações	Nota 5	932.981	Impostos e contribuições	Nota 8.1	3.870	3.627
Créditos das operações de capitalização		-	Débitos de operações com capitalização	Nota 9	2.416	2.387
Créditos das operações de capitalização		-	Débitos de operacionais		2.416	2.387
Outros créditos operacionais	Nota 6	6.849	Depósitos de terceiros	Nota 10	50	9
Títulos e créditos a receber	Nota 7.1	535	Provisões técnicas – capitalização	Nota 11	1.438.649	1.379.759
Créditos tributários e previdenciários		535	Provisão para resgates		1.427.423	1.367.553
NÃO CIRCULANTE	608.553	703.746	Provisão para sorteio		11.216	12.189
Realizável a longo prazo	608.402	703.648	Provisão de receitas diferidas		10	17
Aplicações	Nota 5	597.344	NÃO CIRCULANTE		1.209	1.118
Títulos e créditos a receber		11.058	Outros débitos		1.209	1.118
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	9.852	Provisões judiciais	Nota 13.1	1.209	1.118
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 13.3	1.206	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		92.727	120.583
Intangível		151	Capital social	Nota 14.1	90.000	90.000
Outros intangíveis		151	Reservas de lucros	Nota 14.2	16.300	49.579
TOTAL DO ATIVO	1.553.340	1.518.070	Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 14.4	(13.573)	(18.996)
			TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.553.340	1.518.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	90.000	4.564	21.714	(3.163)	-	113.115
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	(15.833)	-	(15.833)
Efeito da mudança de prática contábil	-	-	149	-	-	149
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.098	44.098
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos declarados e pagos – AGE 23/09/2024	-	-	(20.000)	-	(946)	(20.946)
Constituição da reserva legal	-	2.205	-	-	(2.205)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	40.947	-	(40.947)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.000	6.769	42.810	(18.996)	-	120.583
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	5.423	-	5.423
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	56.875	56.875
Destinação do lucro líquido:						
Distribuição de dividendos intermediários – AGE 28/03/2025	-	-	(42.661)	-	-	(42.661)
Distribuição de dividendos intermediários – AGE 25/08/2025	-	-	-	-	(22.784)	(22.784)
Distribuição de dividendos intermediários – AGE 23/12/2025	-	-	(149)	-	(24.560)	(24.709)
Constituição reserva legal	-	2.844	-	-	(2.844)	-
Constituição reserva estatutária	-	-	6.687	-	(6.687)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	90.000	9.613	6.687	(13.573)	-	92.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	56.875	44.098
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.423	(15.833)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	9.038	(26.387)
Efeito dos tributos – IRPJ e CSLL	(3.615)	10.554
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	62.298	28.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024			
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Receita com títulos de capitalização	892.986	828.844	
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	Nota 18.1	760.306	710.713
Contribuição - Quotas de carregamento	Nota 18.1	132.673	118.148
Variação da provisão para receita diferida	Nota 18.1	7	(17)
Variação das provisões de resgate	Nota 18.2	(735.546)	(684.739)
Variação da provisão de sorteios	Nota 18.3	(19.489)	(19.238)
Custo de aquisição	Nota 18.4	(34.314)	(30.838)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 18.5	27.344	21.292
Outras receitas operacionais	Nota 18.5	30.487	23.592
Outras despesas operacionais	Nota 18.5	(3.143)	(2.300)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		130.980	115.321
Despesas administrativas	Nota 18.6	(94.764)	(87.917)
Serviços de terceiros		(93.184)	(86.902)
Localização e funcionamento		(103)	(24)
Publicações		(55)	(129)
Donativos e contribuições		(1.413)	(839)
Despesas administrativas diversas		(9)	(23)
Despesas com tributos	Nota 18.7	(10.226)	(8.456)
Resultado financeiro	Nota 18.8	67.517	53.756
Receitas financeiras		175.100	131.902
Despesas financeiras		(107.583)	(78.146)
RESULTADO OPERACIONAL		93.507	72.704
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		93.507	72.704
Imposto de renda	Nota 19	(22.419)	(17.594)
Contribuição social	Nota 19	(14.213)	(11.012)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		56.875	44.098
Quantidade de ações		90.000.000	90.000.000
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		0,63	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024		
(Em milhares de reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	56.875	44.098
Ajustes para:		
Variação das provisões técnicas – capitalização	850.681	772.749
Prescrição de títulos de capitalização	(17.998)	(14.665)
Variação das provisões judiciais	123	14
Variação de impostos sobre o lucro	36.758	28.820
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(25.793)	(248.423)
Créditos das operações de capitalização	57	(4)
Créditos fiscais e previdenciários	-	(154)
Ativo fiscal diferido	(72)	(232)
Depósitos judiciais e fiscais	(107)	(93)
Outros ativos	(4.613)	(533)
Outras contas a pagar	4.778	(432)
Débitos de operações com capitalização	29	240
Depósitos de terceiros	41	(164)
Pagamentos de resgates e sorteios	(773.794)	(531.927)
Pagamentos judiciais	(32)	(9)
Outros passivos	-	149
Caixa gerado pelas operações	126.934	49.434
Imposto sobre o lucro pagos	(36.515)	(27.107)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	90.419	22.327
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(53)	(42)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(53)	(42)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(91.100)	(20.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(91.100)	(20.000)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(734)	2.285
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.156	2.871
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.422	5.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da Portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.4 e 5.3);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.3 e 5.2);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 11).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;

- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos;
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025, o caixa e bancos e equivalentes de caixa eram de R\$ 4.422 (R\$ 5.156 em 31 de dezembro de 2024) e eram representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma que a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.2. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.3. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estejam disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.4. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e civeis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizadas. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/2025, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 17,5% a partir de 01 de abril de 2026 e para 20% a partir de 01 de janeiro de 2028.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar - Obrigações fiscais" de 31 de dezembro de 2024 e a partir de 01 de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

As contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja certa.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para sorteios a pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão de receitas diferidas (PRD)

A provisão representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.9.7. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A., onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu, cobrado mensalmente e o pagamento realizado no mês subsequente. Essa operação está refletida na rubrica de "Serviços de terceiros" dentro do grupo de "Despesas administrativas", onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.11. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, cálculo das provisões técnicas de capitalização, valor das provisões civeis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.13. Novas normas ainda não adotadas

Os normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.13.1. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional. A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.13.2. Contribuição Social sobre o lucro líquido

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

3.13.3. Reforma tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

3.13.4. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9 – Financial Instruments (CPC 48) e na IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.13.5. IFRS S1 / CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.13.6. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.13.7. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de Dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025. A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano-calendário 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31 de janeiro de 2026.

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar um gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados. O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico que a Companhia está inserida, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

continuação



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de Default (PD), duration do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 1.482.168, correspondentes a 97% (R\$ 1.446.778, correspondentes a 96% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de rating (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 48.472 (R\$ 53.090 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente. Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento 0,94;

(II) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01:

31/12/2025				31/12/2024				
Fatores de Risco	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(126)	1	1.027	160.593	(23)	1	2.708	157.377
IPCA	(747)	1	4.550	505.250	(109)	1	6.668	478.210

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de resgates, sorteios e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos resgates e sorteios líquidos das contribuições, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	31/12/2025			
	De 1 a	Acima		
Ativos e passivos	Até 1 ano	2 anos	de 2 anos	Total
Caixa e bancos	1.225	—	—	1.225
Equivalente de caixa	3.197	—	—	3.197
Aplicações	397.488	648.840	483.997	1.530.325
Créditos das operações de capitalização	—	—	—	—
Títulos e créditos a receber	535	11.058	—	11.593
Total de ativos	402.445	659.898	483.997	1.546.340
Contas a pagar	18.289	—	—	18.289
Provisões técnicas – capitalização	768.626	375.524	294.499	1.438.649
Débitos de operações com capitalização	2.416	—	—	2.416
Depósitos de terceiros	50	—	—	50
Provisões judiciais	—	1.209	—	1.209
Total de passivos	789.381	376.733	294.499	1.460.613

	31/12/2024			
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	909	–	–	909
Equivalente de caixa	4.247	–	–	4.247
Aplicações	226.745	274.990	993.759	1.495.494
Créditos das operações de capitalização	57	–	–	57
Títulos e créditos a receber	535	14.495	–	15.030
Total de ativos	232.493	289.485	993.759	1.515.737
Contas a pagar	14.214	–	–	14.214
Provisões técnicas – capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759
Débitos de operações com capitalização	2.387	–	–	2.387
Depósitos de terceiros	7	2	–	9
Provisões judiciais	–	1.118	–	1.118
Total de passivos	585.420	480.623	331.444	1.397.487

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 31 de dezembro de 2025, as receitas com títulos de capitalização atingiram um total de R\$ 892.966 (R\$ 828.844 em 31 de dezembro de 2024), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 887.430 representando 99% nesta data (R\$ 822.632 que representava 99% em 31 de dezembro de 2024) e nas demais regiões no montante de R\$ 5.556 representando 1% (R\$ 6.212 representando 1% em 31 de dezembro de 2024).

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025, esse montante era de R\$ 3.197 (R\$ 4.247 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) é de R\$ 510.998 (R\$ 493.973 em 31 de dezembro de 2024). Dessa forma, 31 de dezembro de 2025, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 22.622 e líquidas, de R\$ 13.573 (perdas brutas de tributos de R\$ 31.660 e líquidas de R\$ 18.996 em 31 de dezembro de 2024), apresentado no item seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Categoria		
Custo amortizado	220.919	226.840
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	488.376	462.313
Valor justo por meio do resultado - VJR	824.227	810.588
Total	1.533.522	1.499.741
Circulante	936.178	810.588
Equivalentes de caixa	3.197	4.247
Aplicações financeiras	932.981	806.341
Não circulante	597.344	689.153
Aplicações financeiras	597.344	689.153

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representam 15% da carteira:

	31/12/2025		
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/ curva justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	220.919 208.116
Total			220.919 208.116
Não circulante			220.919 208.116

	31/12/2024		
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/ curva justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	226.840 195.628
Total			226.840 195.628
Não circulante			226.840 195.628

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representam 32% da carteira:

	31/12/2025		
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%	20.352	21.589
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,26%	468.024	489.409
Total		488.376	510.998
Circulante		111.951	115.205
Não circulante		376.425	395.793

	31/12/2024		
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%	19.132	22.153
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,26%	443.181	471.820
Total		462.313	493.973
Não circulante		462.313	493.973

	31/12/2025		
	31/12/2025	31/12/2024	
Vencimento em até um ano	111.951	–	
Vencimento em até cinco anos	376.425	439.018	
Vencimento acima de cinco anos	–	23.295	
Total	488.376	462.313	

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representam 54% da carteira:

	31/12/2025		
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	735.676	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 3,00%	37.197	
Operações compromissadas	Selic	48.472	
Outros	–	(315)	
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	3.197	
Total		824.227	
Circulante		824.227	

	31/12/2024		
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	722.648	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	34.978	
Operações compromissadas	Selic	48.843	
Outros	–	(128)	
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	4.247	
Total		810.588	
Circulante		810.588	

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos diferidos".

Ativo - não circulante	01/01/2024	Constituição	Realização/(reversão)	31/12/2024	Constituição	Realização/(reversão)	31/12/2025
Imposto de renda diferido	1.631	90.216	(83.475)	8.372	82.803	(85.018)	6.157
Ativo - diferenças temporárias	313	271	(127)	457	84	(39)	502
Passivo - ajuste de TVM	1.318	89.945	(83.348)	7.915	82.719	(84.979)	5.655
Contribuição social diferida	979	54.128	(50.083)	5.024	49.681	(51.010)	3.695
Ativo - diferenças temporárias	188	161	(74)	275	50	(23)	302
Passivo - Ajuste de TVM	791	53.967	(50.009)	4.749	49.631	(50.987)	3.393
Total	2.610	144.344	(133.558)	13.396	132.484	(136.028)	9.852

	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento	10	10
Vencimento em até um ano	288.724	230.982
Vencimento em até cinco anos	535.493	579.596
Total	824.227	810.588

5.4. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2024	510.952	532.332	232.335	1.275.619
(+) Aplicações	522.792	–	–	522.792
(-) Resgates	(278.901)	(105.223)	(19.964)	(404.088)
(+) Rendimentos	55.745	61.591	14.469	131.805
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	(26.387)	–	(26.387)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	810.588	462.313	226.840	1.499.741
(+) Aplicações	509.916	–	–	509.916
(-) Resgates	(609.565)	(30.637)	(19.964)	(660.166)
(+) Rendimentos	113.288	47.662	14.043	174.993
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	9.038	–	9.038
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	824.227	488.376	220.919	1.533.522
Circulante				936.178
Não Circulante				597.344

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	220.919	–	220.919
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	220.919	–	220.919
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	488.376	–	488.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	20.352	–	20.352
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	468.024	–	468.024
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	824.542	(315)	824.227
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	735.676	–	735.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	37.197	–	37.197
Operações compromissadas	48.472	–	48.472
Outros	–	(315)	(315)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	3.197	–	3.197
Total (I + II + III)	1.533.837	(315)	1.533.522

	31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	226.840	–	226.840
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	226.840	–	226.840
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	462.313	–	462.313
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	19.132	–	19.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	443.181	–	443.181
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	810.716	(128)	810.588
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	722.648	–	722.648
Operações compromissadas	34.978	–	34.978
Operações compromissadas	48.843	–	48.843
Outros	–	(128)	(128)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	4.247	–	4.247
Total (I + II + III)	1.499.869	(128)	1.499.741



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

A maior constituição dos tributos diferidos em 2024 foi influenciada, principalmente, pela variação das taxas de mercado vinculadas aos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), que impactou negativamente o valor justo dos ativos, aumentando o crédito tributário relacionado.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças Temporárias - 2026 a 2035		
2026	58	7,22%
2027	64	7,94%
2028	59	7,38%
2029	65	8,13%
2030	72	8,95%
2031 a 2035	485	60,38%
Total	804	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	1.191	995
Contingências Cíveis	14	29
Atualização depósito judicial	(390)	(284)
COFINS exigibilidade suspensa	1.028	937
PIS exigibilidade suspensa	167	152
Total das provisões temporárias	2.010	1.829
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	502	457
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	302	275
Total	804	732

8. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar são compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores a pagar (a)	7.657	7.545
Outras obrigações (b)	5.854	2.334
Outras obrigações a pagar (c)	25	125
Total	13.536	10.004

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A.

(b) Pagamentos pendentes relacionados a sorteios, resgates e prescrição de títulos, correspondentes a valores que aguardam confirmação bancária para efetivação da baixa de provisões;

(c) Pagamentos a efetuar referente a prestação de serviços de auditoria.

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1.805	1.654
Contribuição social	1.349	1.311
COFINS	616	570
PIS	100	92
Total	3.870	3.627

9. Débito das operações de capitalização

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.416 (R\$ 2.387 em 31 de dezembro de 2024).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	47	3
31 a 60 dias	–	2
61 a 90 dias	1	–
91 a 120 dias	–	2
181 a 365 dias	2	1
Acima de 365 dias	–	1
Total	50	9

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2025	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	740.552	(779.257)	103.711	1.289.199
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	411.758	(400.932)	1.534	83.364
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	381.523	(384.376)	693	27.914
Provisão para distribuição de bônus	42.282	150	(16.873)	1.387	26.946
Provisão para resgates	1.367.553	1.533.983	(1.581.438)	107.325	1.427.423
Provisão para sorteios a realizar	7.895	21.822	(23.259)	(122)	6.336
Provisão de sorteios a pagar	4.294	21.776	(21.272)	82	4.880
Provisão para sorteios	12.189	43.598	(44.531)	(40)	11.216
Provisão para receitas diferidas	17	4	(11)	–	10
Outras provisões	17	4	(11)	–	10
Total	1.379.759	1.577.585	(1.625.980)	107.285	1.438.649

	Saldos em 01/01/2024	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisão para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para resgates	1.140.258	1.231.728	(1.082.424)	77.991	1.367.553
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(21.375)	(188)	7.895
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(20.087)	30	4.294
Provisão para sorteios	13.196	40.613	(41.462)	(158)	12.189
Provisão para receitas diferidas	–	144	(127)	–	17
Provisão para despesas administrativas	149	–	(149)	–	–
Outras provisões	149	144	(276)	–	17
Total	1.153.603	1.272.485	(1.124.162)	77.833	1.379.759

11.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

(i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 13%, definido com base na experiência da Companhia;

(ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2025	31/12/2024	

Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 13% nos valores sorteados	(2.830)	(2.591)
Resultado sorteio	Redução de 13% nos valores sorteados	2.830	2.591

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.438.649	1.379.759
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	1.517.522	1.464.282
Equivalente de caixa	3.197	4.247
Total dos ativos vinculados	1.520.719	1.468.529
Total de aplicações	1.520.719	1.468.529
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	82.070	88.770

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

13.1. Provisões judiciais

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	14	29
Obrigações fiscais	1.195	1.089
Total Provisões judiciais	1.209	1.118

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

		31/12/2025		31/12/2024		Causas cíveis	
Probabilidade de perda		Quantidade	Valor estimado provisionado	Quantidade	Valor estimado provisionado	Valor	
Provável	2	14	14	3	29	29	
Possível	10	117	-	7	72	-	
Total	12	131	14	10	101	29	

		31/12/2025		31/12/2024		Causas cíveis	
Probabilidade de perda		Quantidade	Valor estimado provisionado	Quantidade	Valor estimado provisionado	Valor	
Possível	3	400	1.195	3	400	1.089	
Total	3	400	1.195	3	400	1.089	

13.2. Provisões judiciais - Obrigações fiscais

Na rubrica "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01 de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica "Outros débitos - Provisões Judiciais". Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
COFINS	937	91	1.028
PIS	152	15	167
Total - obrigações fiscais	1.089	106	1.195

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	865	72	937
PIS	141	11	152
Total - obrigações fiscais	1.006	83	1.089

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

		PIS		COFINS		Total	
Tese		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	167	167	1.028	1.028	1.195	1.195	
Saldo total 31/12/2025	167	167	1.028	1.028	1.195	1.195	

		PIS		COFINS		Total	
Tese		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047	1.089	
Saldo total 31/12/2024	146	152	901	937	1.047	1.089	

(a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

		Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Seguros S.A (Controladora indireta) (a)		–	–	(1.172)	(1.514)	3.066	3.421	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora indireta) (c) (*)		–	–	(7.290)	(7.180)	–	–	(93.019)	(86.452)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)		–	–	–	–	–	–	–	–
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)		–	–	(9.532)	(6.652)	15.855	15.701	–	–
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (b)		–	–	–	(946)	–	–	–	–
Total		–	–	(17.994)	(16.292)	18.921	19.122	(93.019)	(86.452)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é relacionada a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(c) Pagamentos de taxas de serviços compartilhados;

(d) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

(*) Para fins de reestruturação societária do grupo, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024.

16. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2024
Cíveis	10	10
Fiscais	1.196	1.089
Total Depósitos Judiciais	1.206	1.099

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.089	1.006
Atualização monetária	107	83
Saldo final	1.196	1.089

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R\$ 16.300 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 49.579 em 31 de dezembro de 2024), são compostas por:

14.2.1. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal é de R\$ 9.613 (R\$ 6.769 em 31 de dezembro de 2024), que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva estatutária é de R\$ 6.687 (R\$ 42.810 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

14.3. Dividendos obrigatórios

14.3.1. Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	56.875	44.098
Constituição da reserva legal	(2.844)	(2.205)
Base para a distribuição de dividendos	54.031	41.893
Dividendos pagos e propostos no exercício	90.154	20.946
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	166,85%	50,00%
Destinação à reserva legal	2.844	2.205
Destinação à reserva de lucros	6.687	40.947
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	90.154	20.946
Reserva de lucros	42.810	20.000
Resultado do ano	47.344	946

14.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "Créditos tributários". O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de uma perda de R\$ 13.573 (perda de R\$ 18.996 em 31 de dezembro de 2024), líquidos dos tributos.

14.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

18. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

18.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	760.306	710.713
Títulos emitidos e/ou recebidos (*)	760.453	710.867
Devolução e cancelamento	(147)	(154)
Contribuição - Quotas de carregamento	132.673	118.148
Títulos emitidos e/ou recebidos (*)	132.932	118.329
Devolução e cancelamento	(259)	(181)
Variação da provisão para receita diferida (**)	7	(17)
Reversão da Provisão da Receita Diferida	10	126
Variação da Provisão da Receita Diferida	(3)	(143)
Total	892.986	828.844

(*) Aumento das contribuições relacionadas as quotas de capitalização e sorteio influenciado pela maior arrecadação no período distribuído em novas vendas e manutenção das demais parcelas.

(**) No primeiro semestre de 2025, foi realizada a revisão da metodologia de constituição da Provisão para Receita Diferida pela área Atuarial, conforme previamente aprovada pela auditoria externa. A atualização está alinhada às orientações do novo manual disponibilizado pela SUSEP.

18.2. Variação da provisão de resgate

	31/12/2025	31/12/2024
Constituição da provisão para resgate (*)	(738.575)	(683.885)
Despesas com resgate	(2.606)	(2.263)
Reversão da provisão para resgate	136	126
Variação de provisão para distribuição de bônus (**)	5.499	1.283
Total	(735.546)	(684.739)

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas a partir do primeiro ano de vigência. O aumento na arrecadação influencia diretamente no aumento dessa provisão.

(**) A Provisão para distribuição de bônus encontra-se em *run-off*, por este motivo as reversões superaram as constituições no ano.

18.3. Variação da provisão de sorteios

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão da provisão para sorteio (*)	23.259	21.374
Constituição da provisão para sorteio (**)	(21.822)	(22.107)
Despesas com títulos sorteados (*)	(20.926)	(18.505)
Total	(19.489)	(19.238)

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas. Logo, temos um aumento da provisão no primeiro ano da arrecadação, e após o primeiro ano a provisão de sorteios entra no fluxo de amortização até o atingimento do prazo de vigência total do título.

(**) Aumento nas despesas com títulos sorteados influenciado pelo aumento do volume de vendas do produto de incentivo, cuja principal característica é a contemplação por meio de sorteios.

18.4. Custo de aquisição

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de corretagem	(34.153)	(30.688)
Despesas de custeamento de vendas	(161)	(150)
Total	(34.314)	(30.838)

18.5. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com resgate de título	12.466	8.921
Receita com prescrição de título	18.014	14.665
Despesas com provisões (*)	(3.143)	(2.300)
Outras despesas	7	6
Total	27.344	21.292

(*) A variação identificada refere-se principalmente ao maior volume de despesas com processamento dos pagamentos via indenizações.

18.6. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros (a)	(93.184)	(86.902)
Localização e funcionamento	(103)	(24)
Donativos e contribuições	(1.413)	(839)
Publicidade e propaganda	(55)	(129)
Despesas administrativas diversas	(9)	(23)
Total	(94.764)	(87.917)

(a) Há R\$ 93.019 em 2025 (R\$ 86.452 em 2024), referente à prestação de serviços da Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.) para a Companhia, conforme indicado na nota de partes relacionadas (nota 15).

18.7. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(7.241)	(6.323)
PIS	(1.177)	(1.027)
Taxa de fiscalização	(1.764)	(1.061)
Outras despesas com tributos	(44)	(45)
Total	(10.226)	(8.456)

18.8. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Categoria – VJORA	47.662	61.591
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	47.662	61.591
Categoria - custo amortizado	14.043	14.469
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	14.043	14.469
Categoria - VJR	113.288	55.754
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (*)	113.288	55.754
Outras receitas financeiras	107	87
Total – Receitas financeiras	175.100	131.902
Categoria – VJR	–	(9)
Quotas de fundos de investimentos – exclusivos	–	(9)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(107.285)	(77.833)
Outras despesas financeiras	(298)	(304)
Total – Despesas financeiras	(107.583)	(78.146)
Total	67.517	53.756

(*) A variação refere-se ao crescimento da operação e à uma taxa Selic efetiva superior ao longo do ano de 2025 em relação a 2024.

19. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	93.507	93.507	72.704	72.704
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(23.377)	(14.026)	(18.176)	(10.906)
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%	15%+10%	15%+10%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	1.425	1.425	1.288	1.288
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(15)	(15)	5	5
Outras provisões	196	196	572	572
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	106	106	83	83
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(107)	(107)	(83)	(83)
Doações e Patrocínios Indedutíveis	1.245	1.245	711	711
Resultado ajustado	94.932	94.932	73.992	73.992
Lucro após as compensações	94.932	94.932	73.992	73.992
Despesas com IRPJ/CSLL	(23.709)	(14.240)	(17.738)	(11.099)
Incentivos fiscais	1.245	–	–	–
Reversão da provisão de créditos tributários	45	27	144	87
Despesas com IRPJ/CSLL	(22.419)	(14.213)	(17.594)	(11.012)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	24%	15%	24%	15%

20. Eventos subsequentes

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

21. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2025 da Icatu Seguros S.A..

Conselho de administração
Presidente
Luciano Soares
Conselheiros

Diretoria
Diretor-Presidente
César Luiz Salazar Saut
Diretores
Marcio de Moraes Palmeira; Luiz Gonzaga Veras Mota
Contador
Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076168/O-7
Atuário
Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394

Fernando Guerreiro de Lemos; Ademar Schardong; Arthur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Paula Schild Mascarenhas.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Rio Grande Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

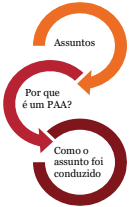
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.9 e 11)

A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras.

A Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange as parcelas dos valores arrecadados de capitalização e a Provisão para Resgate (PR), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Civil Brasileiro. Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes à reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, bem como a avaliação e aprovação das notas técnicas atuariais que detalham as metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia.

Efetuamos também, a reconciliação dos relatórios operacionais de arrecadações recebidas e realizamos a conferência com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; teste em base amostral para os resgates ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira e recálculo em base amostral da Provisão de Distribuição de Bônus de acordo com as condições contratuais.

Com o apoio de nossos especialistas atuariais, testamos a completude da base de dados diretamente utilizadas na revisão das movimentações dos fluxos da PMC. Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6





RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre – RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação

patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do

escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Verbo Divino, 1400

04711-904

São Paulo – SP – Brasil



Anexo I

Rio Grande Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	1.438.649
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2025
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	25.558
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	25.558
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	87.720
Ajustes Econômicos do PLA	2.064
Exigência de Capital (CMR) (b)	25.558
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	62.162
Ativos Garantidores (d)	1.520.719
Total a ser Coberto (e)	1.438.649
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos	
Garantidores (f = d – e)	82.070

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco
na informação e
decida com confiança.



ENTRE EM CONTATO E ASSINE

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br